

Advogada de Marcola vai para prisão domiciliar

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a advogada Maria Cristina Rachado seja transferida para prisão domiciliar. Maria Cristina defende Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, apontado como líder do PCC. Ela está presa há oito meses sob a acusação de envolvimento com o crime organizado.

A transferência de Maria Cristina foi determinada pela 13ª Câmara Criminal do TJ paulista e escancara a falta de estrutura do sistema prisional brasileiro. Por ser advogada, ela tem o direito constitucional de ficar presa em Sala de Estado Maior.

Segundo **Mário de Oliveira Filho**, responsável pela defesa de Maria Cristina, as vagas para prisão em Sala de Estado Maior já estão preenchidas. Maria Cristina, então, vai para casa porque a Justiça entendeu que não há por que mantê-la presa. Vai para casa porque não há estabelecimento adequado para que ela fique presa.

O Tribunal de Justiça de São Paulo começou a julgar o mérito do pedido de Habeas Corpus no dia 1º de março. Na ocasião, o desembargador San Juan França, único a votar, decidiu a favor da liberdade de Maria Cristina. A advogada foi presa em flagrante, mas o desembargador considerou o flagrante como ato ilegal da autoridade policial e, portanto, decidiu pelo relaxamento da prisão.

O desembargador França Carvalho, que havia pedido vista do julgamento, apresentou seu voto nesta quinta-feira (8/3) contra a liberdade de Maria Cristina. No entanto, decidiu que ela tem de ir para prisão domiciliar na falta de Sala de Estado Maior. Foi acompanhado pelo desembargador René Ricupero.

O pedido de liminar no Habeas Corpus havia sido negado pelo próprio TJ paulista, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. A ministra Ellen Gracie, que analisou o pedido de Maria Cristina, justificou que, se o Habeas Corpus fosse dado, estaria caracterizada dupla supressão de instância, uma vez que se contestava duas decisões monocráticas de tribunais (STJ e TJ-SP).

Maria Cristina Rachado foi presa em julho de 2006. Ela é acusada de formação de quadrilha, tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e porte ou uso de arma de fogo de uso restrito. As acusações foram baseadas em interceptações telefônicas feitas pela Polícia, com autorização judicial.

Ela também é acusada de pagar propina a um funcionário terceirizado da Câmara dos Deputados para obter cópias dos depoimentos sigilosos que dois delegados prestaram à CPI do Tráfico de Armas. Para a comissão, os CDs com a transcrição dos depoimentos foram adquiridos a mando de integrantes presos do PCC.

Date Created

08/03/2007